

# Planilha de custos

## Linha 1

ONIBUS 54 lugares transporte escolar kms rodados por dia xxxxx  
kms rodados por mês xxxxx

Custo aquisição máquina xxxxx  
Valor residual 30% xxxxx  
Base cálculo para depreciação xxxxx  
Vida útil e valor depreciação mês xxxxx xxxxx  
Custo de oportunidade ano/mês xxxxx xxxxx

Item de custo	valor R\$	produtividade/km	custo/km
Diesel	xxxxx	xxxxx	xxxxx
lubrificação mensal	xxxxx	xxxxx	xxxxx
IPVA/DPVAT. Isento Lei Estadual 8115/85,	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Manutenção geral	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Pneus 6	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Seguro passageiros-mensal	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Salário motorista/monitor+encargos	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Depreciação	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Custo de oportunidade mês	xxxxx	xxxxx	xxxxx
<b>Custo direto por km</b>		xxxxx	xxxxx

Custos indiretos		xxxxx	xxxxx
Lucro		xxxxx	xxxxx
<b>Sub-total</b>			xxxxx
Tributos incidentes sobre a nota		xxxxx	xxxxx
Cofins 3%; Pis 0,65%; ISSQN 3%			
<b>Total final do preço por km</b>			xxxxx
<b>Grau de utilização do veículo para o município</b>		xxxxx	
<b>Preço do km rodado para o município</b>			xxxxx
Faturamento mensal		xxxxx	xxxxx

CCT - SETCERGS - SINECARGA - dissídio previsto para 2023 de 7%

Detalhamento da Composição dos salários

Salário base para 220 hs			motorista	monitor		
Insalubridade	xxxxx		xxxxx	xxxxx		
<b>Custo base funcionário</b>			xxxxx	xxxxx		
Vale transporte	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx		
Vale alimentação	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx		
Desconto alimentação cfe cct		xxxxx	xxxxx	xxxxx		
Desconto transporte		xxxxx	xxxxx	xxxxx		
<b>Custo total remuneração</b>			xxxxx	xxxxx		
Provisão 13º salário			xxxxx	xxxxx		
Provisão férias			xxxxx	xxxxx		
<b>Custo total mensal com provisões</b>			xxxxx	xxxxx	Custo base para encargos	xxxxx

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS					Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS					xxxxx	xxxxx
B	SESI ou SESC					xxxxx	xxxxx
C	SENAI ou SENAC					xxxxx	xxxxx
D	INCRA					xxxxx	xxxxx
E	Salário educação					xxxxx	xxxxx
F	FGTS					xxxxx	xxxxx
G	Seguro Acidente de Trabalho = SAT = (RAT x FAP)  SAT = ( %Riscos Ambientais do Trabalho x Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa )	RAT =	xxxxx	FAP =	xxxxx	xxxxx	xxxxx
H	SEBRAE					xxxxx	xxxxx
TOTAL						xxxxx	xxxxx

<b>Custo total salarial</b>							xxxxx
<b>Índice de incidência ref. Utilização funcionário no contrato do município</b>						xxxxx	xxxxx

**DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE FAZER:**

A empresa é optante pelo seguinte regime de tributação e recolhe, atualmente, as seguintes alíquotas de tributos:

(    ) a) Lucro presumido, recolhendo: Cofins (    %); Pis (    %); IRPJ (    %); CSLL (    %). Após contratar com a prefeitura manterá estas alíquotas; (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

(    ) b) Lucro real, recolhendo: Cofins (    %); Pis (    %); IRPJ (    %); CSLL (    %). Após contratar com a prefeitura manterá estas alíquotas; (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

(    ) c) Simples nacional, recolhendo a alíquota atual de (    %), estando enquadrado no anexo (    ); Com este contrato a empresa passará a recolher alíquota (    %) e passará para o anexo (    ), não se desenquadrará do simples nacional. (OU) Após assinatura do contrato a empresa se descredenciará do simples e passará para a tributação do .....

**Observação:**

Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e previdenciários, de acordo com a realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos disponibilizada pela prefeitura representa, apenas, um MODELO REFERENCIAL.

Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o município não tem como prever todas as possibilidades de enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo.

Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como por exemplo: de insalubridade e EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situação de enquadramento tributária e previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real);

Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a empresa deve observar.

Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários corretos para a situação licitada. Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de recursos à licitação ou denúncias recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, a empresa apresentou um item de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legislação trabalhista, visando reduzir o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa.

Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o processo licitatório, ou mesmo, rescindir o contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

Como no Brasil existem muitos sindicatos, cabe a empresa apontar em qual dissídio e sindicato, seus colaboradores serão enquadrados, observando-se as regras dos mesmos.

Planilha de custos

Linha 2

ONIBUS 54 lugares transporte escolar

kms rodados por dia

xxxxx

kms rodados por mês

xxxxx

Custo aquisição máquina

xxxxx

Valor residual 30%

xxxxx

Base cálculo para depreciação

xxxxx

Vida útil e valor depreciação mês

xxxxx

xxxxx

Custo de oportunidade ano/mês

xxxxx

xxxxx

Item de custo	valor R\$	produtividade/km	custo/km
Diesel	xxxxx	xxxxx	xxxxx
lubrificação mensal	xxxxx	xxxxx	xxxxx
IPVA/DPVAT. Isento Lei Estadual 8115/85,	-	xxxxx	xxxxx
Manutenção geral	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Pneus 6	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Seguro passageiros-mensal	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Salário motorista/monitor+encargos	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Depreciação	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Custo de oportunidade mês	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Custo direto por km		xxxxx	xxxxx

Custos indiretos		xxxxx	xxxxx
Lucro		xxxxx	xxxxx
Sub-total			xxxxx
Tributos incidentes sobre a nota		xxxxx	xxxxx
Cofins 3%; Pis 0,65%; ISSQN 3%			
Total final do preço por km			xxxxx
Grau de utilização do veículo para o município		xxxxx	
Preço do km rodado para o município			xxxxx



**DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE FAZER:**

A empresa é optante pelo seguinte regime de tributação e recolhe, atualmente, as seguintes alíquotas de tributos:

(    ) a) Lucro presumido, recolhendo: Cofins (    %); Pis (    %); IRPJ (    %); CSLL (    %). Após contratar com a prefeitura manterá estas alíquotas; (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

(    ) b) Lucro real, recolhendo: Cofins (    %); Pis (    %); IRPJ (    %); CSLL (    %). Após contratar com a prefeitura manterá estas alíquotas; (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

(    ) c) Simples nacional, recolhendo a alíquota atual de (    %), estando enquadrado no anexo (    ); Com este contrato a empresa passará a recolher alíquota (    %) e passará para o anexo (    ), não se desenquadrará do simples nacional. (OU) Após assinatura do contrato a empresa se descredenciara do simples e passará para a tributação do .....

**Observação:**

Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e previdenciários, de acordo com a realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos disponibilizada pela prefeitura representa, apenas, um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada.

Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o município não tem como prever todas as possibilidades de enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo.

Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como por exemplo: de insalubridade e EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situação de enquadramento tributária e previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real);

Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a empresa deve observar.

Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários corretos para a situação licitada. Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de recursos à licitação ou denúncias recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, a empresa apresentou um item de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legislação trabalhista, visando reduzir o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa.

Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o processo licitatório, ou mesmo, rescindir o contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

Como no Brasil existem muitos sindicatos, cabe a empresa apontar em qual dissídio e sindicato, seus colaboradores serão enquadrados, observando-se as regras dos mesmos.